
APORTES y Transferencias



Año 12

Volumen 2

2008

Mar del Plata

Centro de Investigaciones Turísticas
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales
Universidad Nacional de Mar del Plata

Centro de Documentación

Instituto de Investigaciones
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales
Universidad Nacional de Mar del Plata
cendocu@mdp.edu.ar
<http://eco.mdp.edu.ar/cendocu/>

**TURISMO, PRODUCCION DEL ESPACIO
Y DESARROLLO DESIGUAL:
PARA PENSAR LA REALIDAD BRASILEIRA**

Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

Universidad de San Pablo – Brasil

Resumen

Un componente común del discurso público como discurso mediático sobre la actividad del turismo es respecto a su supuesta capacidad de mejorar las condiciones de vida de la población de las naciones receptora de flujos o en escalas geográficas menores, de regiones o localidades. Que el turismo tiene la capacidad de generar riqueza y de hacer circular la riqueza es cierto. Pero no se puede perder de vista la naturaleza de esa circulación y que la riqueza generada en el sector toca los lugares y vidas de las personas que viven en esos lugares.

Partimos de una breve discusión introductoria sobre la ambigüedad del concepto de desarrollo, para volcar los resultados al análisis de caso, buscando por medio de situaciones concretas, avalar los verdaderos sentidos del concepto de desarrollo, considerando sus ambigüedades así como sus potencialidades concretas.

Los casos analizados dicen respecto de las experiencias de turismo comunitario llevadas a cabo en Brasil, siendo una en el Amazonas y la otra en la región del Nordeste del país. A pesar de ser bastantes distintas – una relacionada al ecoturismo y la otra al turismo de sol y playa – las mismas tienen en común el hecho de asegurar a sus respectivas comunidades locales la repartición de los efectos dejados por el turismo, por eso mismo, han sido consideradas en los estudios en general, como ejemplos concretos de un desarrollo local promovido al menos en parte por esa actividad.

Palabras claves: turismo - producción espacial - desarrollo económico - caso Brasil

TOURISM, SPACE PRODUCTON AND UNEQUAL DEVELOPMENT: THINK FOR BRAZILIAN REALITY

Abstract

A common component of public discourse and media discourse on the tourist trade is on its alleged ability to improve the living conditions of the population of nations receiving streams or smaller geographic scales, regions or localities. If that tourism has the capacity to generate wealth and wealth is circulating right. But you can not lose sight of the nature of that movement and that the wealth generated in the sector touches the places and lives of people living in these places.

We start with a brief introductory discussion on the ambiguity of the concept of development, to dump the results to the case analysis, searching through specific situations, to endorse the true meanings of the concept of development, considering its ambiguities and its concrete potentialities.

The cases analyzed say about the community tourism experiences carried out in Brazil, being one in the Amazon and the other in the northeastern region of the country. Despite being quite different - one related to ecotourism and other tourism of sun and sand - these have in common the fact of ensuring that their respective local communities sharing the effects left by tourists, for that matter, have been considered in the studies in general, as concrete examples of local development promoted at least in part by that activity.

Key words: tourism - spaces production - economic development - brazilian case

TURISMO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: PARA PENSAR A REALIDADE BRASILEIRA

Introdução

A primeira premissa orientadora da análise empenhada neste texto é a de que o turismo, compreendido como prática social e também e, sobretudo, como atividade econômica é um vetor produtor de espaço.

Outra premissa orientadora desta análise é a de que a abordagem geográfica do turismo não pode furtar-se a considerar o movimento da totalidade-mundo como contexto geral no interior do qual se desenrola esta e todas as outras atividades humanas.

É nesse sentido que recorreremos ao conceito de “desenvolvimento desigual”, originalmente proposto por León Trotsky (*desenvolvimento desigual e combinado*), no início do século XX, e discutido por diversos autores ao longo do século passado.

A partir da idéia de desenvolvimento desigual, empenhamos uma análise crítica da realidade brasileira no que diz respeito à sua relação com o desenvolvimento da atividade turística e seu lugar no processo social e histórico de produção do espaço, primeiramente pensando na escala nacional e, em seguida, recorrendo a casos específicos, em escala local.

Desenvolvimento desigual

Para Michael Löwy, uma das mais importantes contribuições da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky reside no fato de esta representar uma tentativa significativa de “romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o euro-centrismo” (Löwy, 2001). Ainda segundo Löwy, trata-se essa teoria, de uma tentativa de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo, compreendido este como uma fase da história marcada pela formação de “impérios”, fundados na propriedade econômica monopolista e na realização de investimentos espacialmente disseminados.

A análise de Trotsky recai sobre a Rússia do início do século XX e o reconhecimento de diferenças espaciais internas neste país, iluminadas por uma reflexão acerca de sua inserção no mundo capitalista, conduzem o autor refletir sobre uma forma de desenvolvimento que se dá de forma desigual e contraditória:

...sobre o imenso espaço da Rússia...encontram-se todos os estágios da civilização: desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais onde alimentavam-se de peixe cru e faziam suas preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera como participante ativo da política mundial e segue atentamente...os debates do Reichstag. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva (Trotsky, 1909 apud Löwy, 2001).

Tanto quanto desigual e contraditório, o desenvolvimento é compreendido por Trotsky como fruto de um movimento “combinado”, ou seja, que se processa de forma combinada no movimento da totalidade:

Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas (Trotsky, 1909 apud Löwy, 2001).

A idéia de totalidade, vale ressaltar, é também fundante da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky posto que parte do entendimento do capitalismo como um modo de produção que se realiza em escala mundial. Na verdade, conforme aponta Smith (1988), o capitalismo representa a primeira vez na história em que um modo de produção se coloca, para o mundo, como um modo de produção hegemônico. *O capitalismo (...)preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade (Trotsky, 1909 apud Löwy, 2001).*

A idéia de desenvolvimento desigual, por sua vez, está diretamente relacionada ao conceito de Divisão Territorial do Trabalho – DTT. Segundo Smith (1988), a

divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. *A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho.*

Se, por um lado, o trabalho é “dividido territorialmente”, de outro, essa divisão não se dá no sentido de produzir, exclusivamente, um desenvolvimento igualitário. Considerando imanências do modo de produção capitalista como a produção social da riqueza e sua apropriação privada, é mister reconhecer que o desenvolvimento se dá no âmbito de um processo contraditório entre outras razões porque o capital é seletivo do ponto de vista espacial. Como assevera Chesnais, “não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente partes dele” (1996: 18).

Turismo e produção do espaço¹

Desde que o filósofo francês Henri Lefèbvre cunhou, nos anos 60 do século XX, a expressão “produção do espaço”, a mesma tem sido utilizada nos mais diversos sentidos e, neste caso, a primeira necessidade que se nos coloca é definir o que entendemos por ela.

Ao debruçar-se sobre uma discussão acerca de uma das principais categorias de análise da Geografia - o espaço – e, especialmente, sobre o espaço urbano (como em “O direito à cidade”), as idéias e as obras de Lefèbvre influenciam o pensamento de geógrafos espalhados pelo mundo e se tornam objeto de discussões acaloradas. E como em ciências sociais não há verdades absolutas, é certo que essas discussões jamais findarão.

De modo sintético e objetivo, a produção do espaço significava para Lefèbvre a própria (re)produção da vida, ou seja, viver é, em síntese, produzir espaço. Neil Smith vê na concepção de “produção do espaço” uma possibilidade teórica para superar o dualismo, historicamente construído, entre espaço e sociedade. Conforme o autor, *não é verdade que espaço e sociedade “interagem”; é uma lógica histórica específica (a do acúmulo de capital) que guia a dialética histórica do espaço e da sociedade* (1988: 122), já que *...duas coisas somente podem interagir ou refletir-se mutuamente se elas forem definidas, em primeiro lugar, como coisas separadas* (1988: 122-3).

Na defesa desta concepção, reverbera Smith: *com “a produção do espaço”, a prática humana e o espaço são integrados no nível do próprio conceito de espaço* (Smith, 1988: 123). O espaço é, para Smith, um produto social; um espaço geográfico que é abstraído da sociedade torna-se uma “amputação” filosófica, coloca o autor.

Tal afirmativa pode ser corroborada pelo pensamento de Milton Santos. Ao discutir a distinção entre espaço e paisagem, Santos lembra o projeto norte-americano, durante a guerra fria, de produzir uma bomba de nêutrons, capaz de aniquilar toda a vida, sem, entretanto, destruir os objetos (construções). Caso os americanos tivessem levado a cabo seu projeto, afirma Santos: *...o que na véspera seria ainda o espaço, após a temida explosão seria apenas paisagem* (1996: 85).

Converge, também, conseqüentemente, o pensamento de Milton Santos sobre a produção do espaço com o pensamento de Lefèbvre e de Smith. Conforme Santos: *...não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço* (1994: 88).

É a partir de tais pressupostos que Smith define o que entende por produção do espaço e, neste caso, se aproxima muito do pensamento de Lefèbvre. Para Smith, *a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos “no” espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando* (1988: 132).

Há, todavia, uma diferença importante entre os pensamentos de Lefèbvre, de Smith e de Milton Santos relativamente à concepção de “produção do espaço”. Para o primeiro, apoiado na tese reproducionista originada da experiência do capitalismo pós segunda guerra, é a reprodução das relações de produção o fio condutor do processo em tela; para o segundo, a teoria reproducionista pura, defendida por Lefèbvre, teria sido superada por acontecimentos históricos dos anos 80, em que, novamente, questões tradicionais de trabalho e da produção demonstram que conflitos sociais característicos da sociedade de classes capitalista não foram superados (Smith, 1988). A obra de Milton Santos deixa claro, também, que suas análises são fundadas na produção e não na reprodução.

Embora tais diferenças se apresentem como clara divergência teórica entre os autores, é preciso lembrar que não há reprodução que não seja, também, produção.

Não é por acaso, portanto, que é o próprio Lefèbvre quem cunha a expressão “produção do espaço”.

Um ponto comum entre os três autores citados é o entendimento de que a produção do espaço é, antes de mais nada, um processo social e, conseqüentemente, histórico. Todavia, adverte Smith: *...por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestadamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fábricas* (1988: 120).

O reconhecimento dessa natureza do espaço, ao mesmo tempo concreta e abstrata, está na base da definição miltoniana de espaço: *O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá* (Santos, 1996: 51).

É Milton Santos quem propõe, por sua vez, o conceito de “formação socioespacial” (em 1977) como conceito-chave na busca pelo entendimento do mundo. Cabe dizer, aqui, então, que não há conflito entre este e o conceito de “produção do espaço”, cunhado por Lefèbvre. Uma formação socioespacial é fruto de um processo social e histórico de produção do espaço. Também não há divergência entre a conceituação de espaço de Milton Santos e a de Smith, não ao menos no que se refere à sua historicidade, a seu conteúdo social e à sua concretude. Quando Santos fala em formação socioespacial, refere-se à escala das nações, embora não discuta à sua aplicação a outras possíveis escalas de análise. O conceito de produção do espaço não diz respeito, a priori, a uma escala específica de análise, mas a obra Lefèbvriana dá forte ênfase aos espaços urbanos e, por conseqüência, às escalas local e metropolitana. Sobre formação socioespacial, coloca Santos:

Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades. (1996: 107)

Outra postura metodológica de Milton Santos, fundamental a esta análise diz respeito ao conceito de Divisão Territorial do Trabalho (DTT). Por diversas vezes ao longo de sua vasta obra, o autor chama a atenção para a necessidade de se recorrer ao conceito de DTT para se compreender a organização espacial do mundo ou as diferentes formações socioespaciais. Não há produção do espaço que se possa compreender apartada de um entendimento de que o mundo é regido por uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e que esta divisão internacional não é apenas uma divisão social do trabalho, mas também e, fundamentalmente, uma divisão territorial do trabalho. *A divisão internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho*, afirma Santos (1996: 106).

Os atores hegemônicos da produção do espaço ainda são Estado e mercado. Embora ao longo da história do modo de produção capitalista mudanças profundas tenham ocorrido nos papéis desempenhados por um e por outro, ambos continuam sendo ordenadores daquele processo.

Para Milton Santos, Estado e mercado formam um par dialético, *mas isto não elimina o fato de que o Estado exerça o seu auxílio ao mercado* (1994: 101)². Neste caso, o autor chama a atenção para a cada vez maior subserviência do Estado aos interesses (muitas vezes mesquinhos e imediatistas) do mercado.

Subserviente ou não ao mercado, o Estado tem uma inquestionável hegemonia na produção do espaço, dado seu papel de ente regulador das relações sociais e de provedor de infra-estruturas. Todo o conjunto de normas que emana do Estado regula tanto a vida pública quanto a vida privada. Não se pode, portanto, confundir “enxugamento da máquina estatal” com diminuição do Estado.

Por fim, cabe ainda nesta discussão, uma referência às escalas geográficas de análise. Há situações concretas nas escalas local e regional, em que agentes de mercado tomam para si a hegemonia do processo de produção do espaço no sentido de assegurar a consecução de seus interesses. Não são incomuns os casos de empresas que abrem vias de circulação e implementam todo tipo de infra-estrutura necessária à realização de seus negócios, não raras vezes, inclusive, subvertendo normas.

Daí a necessidade de se “dar nomes aos bois”, ou seja, o mercado não é um amálgama de empresas hegemônicas a render, todo o tempo e em todos os lugares, o Estado. O mercado é formado de sujeitos ou, melhor, de agentes. A forma como

uma pequena indústria, voltada para um mercado consumidor regional, participa da produção do espaço é diferente, por exemplo, daquela de indústrias multinacionais, muito mais exigentes com relação à disponibilidade de infra-estruturas e à eficiência e rapidez dos fluxos.

Por outro lado, a hegemonia de um e de outro não anula as possibilidades de contra-movimentos. A sociedade civil organizada, seja na forma de associações ou de Organizações Não-Governamentais ou outras, pode “tomar para si as rédeas do processo”, como demonstram experiências nas escalas local e regional. A ausência ou ineficiência do Estado e a voracidade conquistadora de agentes de mercado obrigam sociedades a reagirem na luta cotidiana pela sobrevivência.

Este é o pano de fundo sobre o qual se desenrola o turismo, que não é mais que uma pequena parte de um imenso jogo de relações. Se a produção do espaço é um processo complexo e conflituoso, entender a participação do turismo no mesmo requer o desvendamento de sua natureza, de sua complexidade e de seus conflitos. É o mundo que explica o turismo e não o contrário.

Há que se considerar, também, que a maior parte do turismo que se faz no mundo se dá em espaços previamente ocupados, ou seja, em lugares em que populações historicamente se estabeleceram e nos quais vivem suas vidas cotidianas. Aprender o papel do turismo na produção do espaço é tarefa, portanto, metodologicamente bastante complexa. O turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma “tabula rasa”, sobre espaços vazios e sem donos.

Portanto, não são apenas Estado, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares, parte delas transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo, em muitos casos, atuando como contraracionalidades às determinações hegemônicas. A produção do espaço envolve seu uso e apropriação e, neste caso, o conflito termina por ser imanente ao processo.

Na busca, assim, por caminhos metodológicos que nos conduzam a análises teoricamente fundamentadas acerca das possíveis relações entre turismo e espaço, entendemos ser a “produção do espaço” um conceito revelador porque diz respeito a um processo revelador. Não há produção do espaço que:

- não remeta à uma divisão territorial do trabalho;
- não requeira uma análise sobre sujeitos sociais envolvidos;
- não diga respeito a ambas as dimensões do espaço geográfico, ou seja, à suas dimensões material e imaterial;
- não seja social e histórica.

Desenvolvimento local, expressão do desenvolvimento desigual

O conceito de desenvolvimento está, certamente, entre os mais imprecisos do vocabulário comum e acadêmico-científico.

Equivalido a crescimento, crescimento econômico, progresso, o conceito de desenvolvimento tem transitado entre leituras mais e menos economicistas e ganho novas adjetivações (tais como “sustentável” e “local”), motivadas pelo nascimento de novos paradigmas.

Debates acerca da idéia de desenvolvimento econômico acirraram-se no pós Segunda Guerra (Oliveira, 2002), momento em que é criada a Organização das Nações Unidas (1945), que define, por exemplo, a década de 1960 como “Primeira Década das Nações Unidas Para o Desenvolvimento”. Nesse momento, a ONU entende desenvolvimento como um processo de crescimento econômico das nações.

É a partir do final da década de 1940 que economistas estruturalistas começam a encarar o desenvolvimento como algo distinto de crescimento (Oliveira, 2002), ou seja, o crescimento passa a ser compreendido como uma mudança *quantitativa* em uma dada estrutura enquanto desenvolvimento diria respeito à uma transformação *qualitativa* de uma estrutura econômica e social (Scatolin, 1989 *apud* Oliveira, 2002).

O crescimento econômico tem sido considerado por muitos um pressuposto indispensável para o desenvolvimento, já que a população mundial cresce e, conseqüentemente, as demandas por bens materiais e imateriais. Daí, conforme Oliveira(2002: 40),

...o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica,

política e, principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento ... transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras.

O questionamento do paradigma crescimento econômico = desenvolvimento leva ao nascimento do conceito de *desenvolvimento sustentável*, propalado pelo Relatório Brundtand (1987). Este Relatório, motivado por uma discussão, em escala mundial, sobre os limites do crescimento econômico no que diz respeito ao uso dos recursos naturais, propõe uma mudança de paradigma que, em certo sentido, aproxima-se da abordagem estruturalista nascida ainda na década de 1940.

O *desenvolvimento sustentável* circunscreve o crescimento econômico ao desenvolvimento humano e social, colocando, ainda, em completa evidência, a necessidade de equilíbrio ambiental.

O reconhecimento, pelas sociedades, dos efeitos perversos do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico, que desconsideram os desdobramentos indesejados desse processo sobre a vida no planeta, fez do conceito de *desenvolvimento sustentável* um paradigma a partir do final do século XX, período em que se consolida o processo de globalização. Sobre a globalização e seus efeitos perversos, coloca Santos (2000: 20-1):

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.

O quadro social descrito por Milton Santos coloca em xeque idéias utópicas sobre uma possível escala global do *desenvolvimento sustentável*. É, possivelmente, também por esta razão, que ganha corpo, ainda no final do século XX, a idéia de *desenvolvimento local*.

O conceito de desenvolvimento local parece ser um herdeiro direto do conceito de desenvolvimento sustentável e, embora os mesmos não sejam sinônimos, a literatura que consagra ambos aponta para indiscutíveis convergências entre eles, posto que ambos têm em seu cerne o pressuposto de que o desenvolvimento tem de ser, antes de mais nada, humano e social.

Desenvolvimento local é, segundo Carestiatto (2000: 27) *apud* Mattos e Irving (2005):

"Um modelo de desenvolvimento que permite a construção de poder endógeno para que uma dada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial sócio-econômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos".

A idéia de poder endógeno relaciona-se, diretamente, ao conceito de "empoderamento", derivado do inglês "*empowerment*", conceito este que começa a ser difundido a partir dos anos 1970, nos EUA, e que embora tenha íntima relação com o ambiente empresarial, é assimilado por cientistas sociais que lhe atribuem uma abordagem humanitária, conforme se pode auferir a partir da definição que segue:

O conceito de empowerment tornou-se nos últimos tempos uma das mais requisitadas "buzz words" relativamente à intervenção social. O número de artigos e trabalhos acadêmicos onde se lhe faz referência tem aumentado em várias publicações de âmbito internacional ligadas ao serviço social e à política social. Neste artigo definimos empowerment como um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder - psicológico, sócio-cultural, político e económico - que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua

*cidadania. (Pinto, Carla, in Política Social –1998, Lisboa, ISCSP, 1998, pp. 247-264)*³

A partir das conceituações ora explicitadas, conclui-se que desenvolvimento local não envolve, necessariamente, crescimento econômico, mas sim o alcance de melhores condições de vida pelos meios disponíveis a uma dada comunidade ou sociedade vivendo em um dado lugar. Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo socializante, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemonzados. Trata-se de uma expressão espacial, em verdade, do desenvolvimento desigual.

O turismo como instrumento do desenvolvimento local

Como disse Alain Lipietz (*O capital e seu espaço, 1988*), “não há regiões pobres, mas regiões de pobres”, fazendo uma clara alusão à distribuição espacial da pobreza cujo completo entendimento somente pode ser pautado por uma análise profunda sobre seu contrário, ou seja, sobre a distribuição espacial da riqueza, sobre a Divisão Territorial do Trabalho, sobre os princípios daquilo que Trostky chamara de “desenvolvimento desigual e combinado”.

A pobreza tem, em essência, uma causa estrutural e como fenômeno social não pode ser alijada de contextos históricos e espaciais. A pobreza na região semi-árida do Nordeste brasileiro, por exemplo, não é fruto das condições naturais da região, embora não se possa negar que tais condições agravam os efeitos da pobreza bem como constituem, ao mesmo tempo, dificuldades conjunturais à sua superação.

No caso brasileiro, embora o país tenha, reconhecidamente, manchas de riqueza e de prosperidade econômica e social, a pobreza está em todos os rincões da nação, suscitando o reconhecimento de que a pobreza não é endêmica e que sua compreensão passa, necessariamente, pelo entendimento de dinâmicas sociais edificadas ao longo do tempo e no espaço.

Turismo e desenvolvimento na escala das nações

Com todas as ressalvas metodológicas que possam ser feitas, a comparação entre Índice de Desenvolvimento – IDH , produzido pelo Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um indicador de qualidade de vida, e *ranking* do turismo internacional, produzido pela Organização Mundial do Turismo - OMT, relativo à recepção de fluxos internacionais de turistas, nos permite construir algumas reflexões que, ao fim e ao cabo, iluminam o conceito de *desenvolvimento local*.

Quadro 1 – Vinte países maiores receptores de turistas em 2004⁴ X IDH, 2007/2008⁵

PAÍS	IDH (posição no mundo)
1. França	10º
2. Espanha	13º
3. Estados Unidos	12º
4. China	81º
5. Itália	20º
6. Reino Unido	16º
7. México	52º
8. Turquia	84º
9. Alemanha	22º
10. Federação Russa	67º
11. Áustria	15º
12. Canadá	4º
13. Malásia	63º
14. Ucrânia	76º
15. Polônia	37º
16. Hong Kong, China	21º
17. Grécia	24º
18. Hungria	36º
19. Tailândia	78º
20. Portugal	29º

Uma das ressalvas metodológicas a se fazer diz respeito ao fato de que a Organização Mundial do Turismo reconhece que a maior parte dos fluxos de turistas do mundo é “doméstica”, ou seja, diz respeito a fluxos intra-nacionais. Todavia, é sabido que o turismo internacional tem importante impacto sobre as

economias nacionais, ao promover, por exemplo, a entrada de divisas nesses países. Além disso, o *ranking* da OMT utilizado no quadro acima diz respeito a número de turistas e não à receita gerada pela atividade.

Outra ressalva importante diz respeito ao fato de que ambos os dados (*ranking* da OMT e IDH) referem-se a um momento da história dessas nações, não havendo qualquer possibilidade de se auferir, pelos mesmos, os processos subjacentes.

Diante do exposto, há que se reconhecer que somente uma análise aprofundada sobre cada caso poderia revelar o real impacto do turismo sobre o IDH de cada nação considerada. Ainda assim, insistimos nessa comparação porque entendemos que a mesma é indicativa de processos importantes em curso. Abaixo, listamos algumas dessas reflexões.

- a) O México, sétimo colocado no ranking da OMT (2004) tinha, naquele ano, o 52º IDH do mundo;
- b) Apesar de ser a 8ª nação que mais recebe turistas no planeta, a Turquia tem o 84º IDH;
- c) A Tailândia, colocada entre os vinte destinos mais visitados do mundo, tinha, em 2004, o 78º IDH do planeta.

O Brasil, não listado no Quadro 1, ocupa o 29º lugar no *ranking* da OMT, mas tem melhor IDH que a China.

A principal hipótese que levantamos a partir desse confronto é a de que, se de um lado o desenvolvimento econômico, social e humano de uma nação parece ser importante fator propulsor do turismo internacional (pela geração de fluxos emissores), a recíproca não é, necessariamente verdadeira. De fato, o desenvolvimento econômico, social e humano de uma nação é fruto de um complexo feixe de fatores históricos, econômicos, sociais e políticos, do qual o turismo é apenas uma pequena parte.

Essa hipótese nos ajuda a compreender a aceitação que tem a idéia de *desenvolvimento local* relacionada ao turismo, que se coloca, mesmo, como um novo paradigma, também no final do século XX..

Turismo e desenvolvimento local – dois exemplos em território brasileiro

Conforme anteriormente colocado, o conceito de *desenvolvimento local* distingue-se de todas as outras abordagens sobre desenvolvimento que o antecedem porque demarca uma escala geográfica, a escala local. A escala local remete a uma dada sociedade e o território em que vive essa sociedade e com o qual a mesma tem uma relação mais próxima.

O processo de globalização, todavia, impacta as relações hierárquicas entre as diferentes escalas geográficas, rompendo com padrões históricos constituídos. A fluidez das ações hegemônicas e sua capacidade cada vez maior de penetrar os mais recônditos rincões do planeta impõe desafios a todo e qualquer projeto de desenvolvimento local, associado ou não à atividade do turismo. Ou seja, em tempos de mundialização dos mercados, *desenvolvimento local* soa contraditório. Neste caso, cabe dizer que entendemos que o desenvolvimento local resulta da hegemonia de lógicas *horizontais* (endógenas) que se contrapõem a lógicas *verticais* (exógenas), embora submetido, naturalmente, às contradições do modo de produção capitalista no seio do qual se desenrola.

Dadas as dificuldades em se superar as contradições a que fazemos alusão no parágrafo anterior (produção social da riqueza e sua apropriação privada; produção social do espaço e sua apropriação também privada, por exemplo), experiências reconhecidamente bem sucedidas de desenvolvimento do turismo com base local, em território brasileiro, têm se restringido a experiências do chamado “turismo comunitário”, compreendido este como uma forma de turismo em que comunidades locais assumem o comando do desenvolvimento do turismo em seus territórios. Este é o caso, por exemplo, de Silves, Amazonas, e Prainha do Canto Verde, Ceará.

A experiência de Silves, Amazonas

Silves é um município do estado do Amazonas, maior estado da região norte do Brasil, distando cerca de 300km da capital do estado, Manaus. Sua sede está localizada em uma ilha fluvial, no Rio Urubu. Com uma população de pouco mais de 8.200 pessoas, Silves tem uma área de 3.747 km², no interior da qual destaca-se a presença de lagos, ricos em peixes e, até poucos anos atrás, ameaçados por uma exploração descontrolada.

Considerando a importância dos lagos para a comunidade moradora de Silves, setores progressistas da Igreja Católica que atuam no município estimularam a população local a unir-se em torno do interesse comum de proteger um de seus mais importantes recursos: o ecossistema lagunar e a ictio-fauna por ele abrigada. É assim que nasce a ASPAC (Associação de Silves para a Preservação Ambiental e Cultural), em 1993.

A institucionalização da Associação de moradores é o preceito legal necessário para a solicitação de recursos junto a organismos governamentais ou não-governamentais, como acontece um ano depois do surgimento da ASPAC.

Em 1994, a Associação recebe apoio financeiro do governo da Áustria e da Organização Não-Governamental WWF-Brasil, o que permitiu a construção de um “hotel de selva”, na verdade a “Pousada Aldeia dos Lagos”.

Vista Aérea da Pousada Aldeia dos Lagos
Disponível em www.viverde.com.br/aldeia.html

A Pousada Aldeia dos Lagos é gerida pela comunidade local, que teve de aprender, por meio de oficinas de capacitação, aspectos da gestão em hotelaria. Os recursos gerados pela Pousada – que tem 90% de seus hóspedes estrangeiros – reverterem para os associados da ASPAC, além de promover projetos de proteção de lagos do município.

A atividade do turismo é utilizada pela população de Silves como alternativa à pesca comercial e predatória. Ao ocupar o pessoal ribeirinho em atividades diretamente relacionadas ao hotel e aos passeios oferecidos aos visitantes, o turismo gera renda no lugar, além de possibilitar a preservação de um de seus mais importantes recursos naturais, que provê o peixe, que está na base da alimentação dessa população. É por isso que Silves pode ser considerado um exemplo concreto de como a atividade do turismo pode ser um instrumento do desenvolvimento local.

A experiência da Prainha do Canto Verde

Prainha do Canto Verde é o nome que se dá uma comunidade formada por pescadores artesanais (cerca de 1100 pessoas), localizada no município de Beberibe, estado do Ceará, região Nordeste do Brasil.

Vista parcial da Prainha do Canto Verde, Ceará, Brasil
Disponível em www.fortalnet.com.br/~fishnet/

Embora vivendo por gerações nessas terras, a comunidade de pescadores de Prainha do Canto Verde não dispunha de documentação de posse dessas terras e, por isso, começa a sofrer uma feroz pressão de agentes imobiliários, ávidos pela exploração das qualidades ambientais e paisagísticas do lugar. Essas pressões chegaram ao extremo de ações criminosas como o incêndio provocado na casa de um pescador, enquanto toda a sua família dormia. Todos escaparam com vida.

Esse incidente, dada a sua gravidade, reforça na comunidade local o sentimento de união em torno de uma causa comum: a propriedade legal do solo.

Com o apoio do Centro de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos, da Igreja Católica, no Ceará, a comunidade de Prainha do Canto Verde enfrentou uma longa batalha judicial, estendida pelos últimos vinte anos.

De outro lado, a comunidade enfrentava dificuldades de sobrevivência somente a partir da pesca artesanal. E é neste sentido que acontece uma importante transformação no lugar.

Um executivo da Swissair (até 1992), de nome René Schärer, decide dedicar-se ao empreendedorismo social e, por ter conhecido a Prainha do Canto Verde e as dificuldades dessa comunidade de pescadores, envolve-se com a comunidade e decide instrumentalizá-la para o desenvolvimento de um turismo com base comunitária.

A partir do uso de técnicas de planejamento participativo, a comunidade é estimulada a pensar criticamente o uso de seu território e o desenvolvimento do turismo. Foi a comunidade que decidiu não querer um turismo massivo.

As casas dos pescadores foram adaptadas para receber turistas, sendo construídos apartamentos independentes, com banheiro que, embora simples, são limpos e aconchegantes. Existem hoje em Prainha do Canto Verde aproximadamente 40 leitos.

Mais que isso, a comunidade, articulada, tem conseguido impedir a entrada de especuladores, ao construir uma espécie de “pacto social”, pelo qual todas as famílias se comprometem a não vender seus imóveis para sujeitos estranhos ao lugar.

A pesca continua sendo a principal atividade econômica da comunidade e o turismo uma atividade complementar. A renda gerada pelo turismo de base comunitária dinamiza a economia local e fortalece os laços sociais entre os membros da comunidade.

À guisa de conclusão

Embora os exemplos utilizados neste texto digam respeito a pequenas localidades, não consideramos o *desenvolvimento local* algo passível de ser alcançado apenas nesses casos.

Entretanto, é preciso reconhecer que quanto mais populosa uma localidade, sobretudo quando pensamos em cidades, as complexas teias de relações políticas, econômicas e sociais constituem, não raras vezes, obstáculos mais difíceis de serem transpostos no sentido de socializar os efeitos desejados do turismo.

Por outro lado, se se considerar o fato de que há uma crescente internacionalização da atividade econômica do turismo, sobretudo no que diz respeito à expansão mundial de redes hoteleiras e, cada vez mais, de empresas que atuam no mercado imobiliário de residências secundárias, faz-se necessário reconhecer que o *desenvolvimento local* termina por ser uma forma de resistência ou mesmo uma contra-racionalidade à racionalidade hegemônica do capital.

NOTAS

¹ Publicado originalmente no livro “Geografias do turismo – de lugares a pseudo-lugares”, Cruz, Rita de Cássia Ariza da, Editora Roca, 2007. Adaptado.

² O conceito de Estado remete, também, à uma observação sobre níveis de governo, como nos chama a atenção Milton Santos. No caso brasileiro, o Estado se faz representar em três níveis: o federal, o estadual e o municipal.

³ Disponível em [/www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/empowerment.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/empowerment.htm).

⁴ Conforme Organização Mundial do Turismo.

⁵ Conforme Programa das Nações para o Desenvolvimento – PNUD. (extraído de hdr.undp.org/en/statistics)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. *Geografias do turismo – de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LÖWY, Michael. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Disponível em www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento, *Revista FAE*, v. 5, n.2, maio-agosto/2002, p. 41-48.
- MATTOS, Flávia Ferreira & IRVING, Marta de Azevedo. Nos rumos do ecoturismo e da inclusão social. O caso da Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI). *Caderno Virtual de Turismo*, dez/2005.
- PINTO, Carla. Empowerment – uma prática de serviço social. *Política Social* – 1998, Lisboa, ISCSP, 1998, p. 247-264
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. RJ: Bertrand Brasil, 1988.